

ESTUDO DAS PRESCRIÇÕES DE MEDICAMENTOS CONTROLADOS DISPENSADO EM UMA DROGARIA NO NORTE DE MINAS GERAIS

STUDY OF PRECISIONS OF CONTROLLED DRUGS DISPENSED IN A DRUG STORE IN THE NORTH OF MINAS GERAIS

Thiago Alves Xavier dos Santos¹

1 - Coordenador e Professor dos cursos de Técnico em Farmácia e Técnico em Análises Clínicas no Instituto Educacional Santa Cruz - IESC.

RESUMO:

A utilização de medicamentos psicotrópicos tem crescido nas últimas décadas em vários países. Esse aumento causa diversos impactos na sociedade, com consequências sociológicas, econômicas e sanitárias. O objetivo é analisar as prescrições de medicamentos controlados dispensados por uma drogaria no norte de Minas Gerais. Trata-se de um estudo observacional, quantitativo e documental das prescrições e notificações de receitas de psicotrópicos dispensados por uma drogaria privada localizada na cidade de Manga - MG, no período de setembro de 2017 a fevereiro de 2018. No total foram analisadas 1388 prescrições, sendo que dessas 70,7% foram emitidas no âmbito do SUS e 51,2% foram classificadas como legíveis. O clínico geral foi o profissional que mais prescreveu (64,7%) e os psicotrópicos prescritos foram o clonazepam (45,7%) e a amitriptilina (23,3%). Conclui-se que a maior parte das prescrições analisadas por este estudo foram emitidas no âmbito do SUS por médicos clínicos gerais. Essas prescrições na sua maioria se encontravam com uma boa legibilidade e também sua maioria atendiam as exigências da Portaria nº 344/1998 – SVS/MS. Observou-se ainda a grande quantidade de medicamentos que foram prescritos para o tratamento da ansiedade e depressão.

PALAVRAS-CHAVES: Aspectos Legais; Prescrições Médicas; Psicotrópicos.

ABSTRACT:

The use of psychotropic medications has grown in recent decades in several countries. This increase has several impacts on society, with sociological, economic and health consequences. The objective is to analyze prescriptions for controlled medications dispensed by a drugstore in the north of Minas Gerais. This is an observational, quantitative and documentary study of prescriptions and notifications of prescriptions for psychotropic drugs dispensed by a private drugstore located in the city of Manga - MG, from September 2017 to February 2018. In total, 1388 prescriptions were analyzed, 70.7% of these were issued within the scope of the SUS and 51.2% were classified as readable. The general practitioner was the professional who most prescribed (64.7%) and the prescribed psychotropic drugs were clonazepam (45.7%) and amitriptyline (23.3%). It is concluded that most of the prescriptions analyzed in this study were issued within the scope of the SUS by general practitioners. These prescriptions were mostly legible and most of them met the requirements of Ordinance No. 344/1998 – SVS/MS. It was also observed the large amount of medications that were prescribed for the treatment of anxiety and depression.

KEYWORDS: Legal Aspects; Medical Prescriptions; Psychotropics.

1. INTRODUÇÃO

Os fármacos psicotrópicos agem no sistema nervoso central produzindo alterações de comportamento, humor e cognição (ASSINI; BACK, 2017). Dentre estas substâncias pode-se encontrar os ansiolíticos e sedativos, antipsicóticos (neurolépticos), antidepressivos, estimulantes psicomotores, psicomiméticos, potencializadores da cognição, anticonvulsivantes e analgésicos (RANG et al., 2007).

A utilização dos psicotrópicos tem crescido nas últimas décadas em vários países. Esse aumento causa diversos impacto na sociedade, com consequências sociológicas, econômicas e sanitárias. E o crescimento deve-se ao aumento da frequência de diagnósticos de transtornos psiquiátricos em meio à população (ANDRADE; ANDRADE; SANTOS, 2004). De acordo com dados da Organização Mundial da Saúde (OMS), cerca de 10% deste aumento é em decorrência do consumo demasiado dessas substâncias (OMS, 2002).

Os pacientes que usam esses medicamentos precisam de um atendimento adequado, iniciando com a prescrição médica, que deve ser clara, legível, concisa e objetiva, com o propósito de evitar equívocos por parte dos pacientes e dos profissionais que venham atendê-los (ARRUDA et al., 2012; DEBASTIANI; COQUEIRO, 2017). Caso o contrário, podem ocorrer erros na prescrição e posteriormente na dispensação, prejudicando a qualidade do tratamento do paciente (FERRARI et al., 2013; FREITAS et al., 2020).

A Portaria Federal nº 344/1998 da Secretaria de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde (SVS/MS) de 12 de maio de 1998, é o marco legal sanitário que define diretrizes para o uso e a comercialização de substâncias e medicamentos sujeitos a controle no Brasil (BRASIL, 1998).

As prescrições médicas desses medicamentos devem conter o nome do medicamento com a sua concentração e a forma farmacêutica, além das devidas orientações de utilização e ser prescrito por um profissional legalmente habilitado. Além disso, as prescrições devem vir acompanhadas das notificações de receitas que autoriza a dispensação de medicamentos. Para a dispensação desses medicamentos todos os elementos da receita e notificação de receita (NR) devem estar respectivamente preenchidos de maneira legível, sem rasuras e por extenso (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2007).

Mesmo com todas as exigências e fiscalizações descritos Portaria nº 344/1998 – SVS/MS, Torres et al. (2014) e BANDEIRA et al. (2015) descrevem que ainda há

irregularidades no uso de medicamentos psicotrópicos pela população e estas são relacionadas a utilização desses fármacos sem prescrição médica, falsificação da NR, falta de orientação e preparo dos profissionais de saúde resultando no uso irracional destes, podendo provocar dependência física e/ou psíquica.

Diante esse exposto, o presente estudo tem como objetivo analisar as prescrições de medicamentos psicotrópicos dispensados em uma drogaria no Norte de Minas.

2. METODOLOGIA

2.1 Tipo e local da pesquisa

Trate-se de um estudo observacional, quantitativo e documental das prescrições e notificações de receitas (NRs) dos medicamentos controlados dispensados por uma drogaria localizada na cidade de Manga - MG, no período de setembro de 2017 a fevereiro de 2018. O presente município localiza-se na região Norte do estado de Minas Gerais, situado a 14° 45' 21" de latitude Sul e a 43° 55' 55" longitude Oeste, distante a 710 km da capital do estado, Belo Horizonte. A população da cidade é de aproximadamente 18.407 pessoas, ocupando uma área de 1.950 km² (SANTOS et al., 2020).

2.2 Procedimento e instrumento de coleta de dados

Os dados foram coletados através da análise das prescrições e das NRs dos medicamentos controlados dispensados, sendo as variáveis consideradas para o estudo: sexo dos pacientes, origem das prescrições (público ou privado), presença de informações nos receituários conforme a Portaria nº 344/1998 – SVS/MS, forma como foi aviada (manuscrita ou digitada) e legibilidade das mesmas, além dos medicamentos prescritos e a especialidade do profissional prescritor. Foram desconsideradas as prescrições inferiores a setembro de 2017 e superior a fevereiro de 2018, além das que não continham medicamentos contemplados pela Portaria nº 344/1998 – SVS/MS.

2.3 Processamento e análise de dados

Os dados coletados foram analisados e interpretados através de estatísticas descritivas com auxílio do programa Statistical Package for the Social Sciences® (SPSS

versão 22) e os resultados apresentados em médias e frequências.

2.4 Comitê de Ética em Pesquisa

O presente estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES, sob o parecer de número 2.896.790, sendo respeitados todos os critérios exigidos pela resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde que normatiza as pesquisas com seres humanos.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

No total foram analisadas 1388 prescrições e NRs de medicamentos controlados, com a média mensal de 231 ± 16 prescrições. Destas 57,2% foram prescritas para pacientes do sexo feminino. Semelhante a esse estudo, Assini; Back (2017) também ao fazerem essa mesma análise em drogarias na cidade de Monte Carlo – SC, constaram um maior número prescrições para pacientes do sexo feminino (68,8%) em relação ao masculino (31,1%). As mulheres são tidas como as mais são afetadas por doenças psíquicas, principalmente a depressão, e ainda buscam com mais frequência os serviços de saúde em relação aos homens (JARDIM, 2011; FERREIRA et al., 2014).

Ao se avaliar a origem das prescrições e NRs, observou-se que 70,7% foram oriundas Sistema Único de Saúde (SUS) e 29,3% de consultórios ou clínicas particulares. Um estudo conduzido por Reis; Matos; Melo (2017) em drogarias em Forquilha – CE, também verificaram uma maior porcentagem (87,7%) de prescrições oriundas do sistema público de saúde. Sales et al. (2019) constata que SUS é a principal forma de acesso de maneira gratuita à saúde pela maior parcela da população brasileira, em especial em cidade de pequeno porte.

De acordo com a Portaria nº 344/1998 – SVS/MS uma prescrição ou NR de psicotrópico deve conter os dados do paciente, informações sobre o medicamento prescrito e sobre o profissional prescritor (BRASIL, 1998). Com relação aos dados dos pacientes, observou-se que 95,4% das prescrições apresentavam o nome completo do paciente e apenas 4,9% seu respectivo endereço (Tabela 1). Contrário dos achados por esse estudo, Cazarotti et al. (2019) encontraram em apenas 2,3% das prescrições e ou NRs apresentavam o nome completo do paciente e 45,6% não constavam o endereço do paciente.

Tabela 01 - Distribuição percentual quanto à presença ou ausência de informações nas prescrições ou NRs de medicamentos controlados dispensados por uma drogaria no norte de Minas Gerais (n=1388).

| Variáveis | n | % |
|--|------|------|
| Dados dos pacientes | | |
| Nome completo do paciente | 1325 | 95,4 |
| Endereço do paciente | 69 | 4,9 |
| Informações sobre o medicamento | | |
| Dose ou Concentração | 1381 | 99,5 |
| Forma Farmacêutica | 1301 | 93,7 |
| Posologia | 1386 | 99,8 |
| Via de administração | 1152 | 83,0 |
| Quantidade de medicamento | 1020 | 73,5 |
| Informações do prescritor | | |
| Identificação de prescritor | 1388 | 100 |
| Data da prescrição | 1306 | 94,1 |

Os medicamentos prescritos são da responsabilidade do prescritor, que estabelece a dosagem, posologia e quantidade a ser utilizada pelo paciente; a dispensação é do farmacêutico, tendo como função básica garantir a necessidade, segurança, eficácia do tratamento medicamentoso de acordo com o que foi prescrito (FREITAS et al., 2020). Além disso é importante se ter todas as informações sobre o medicamento para garantir o uso racional pelo paciente.

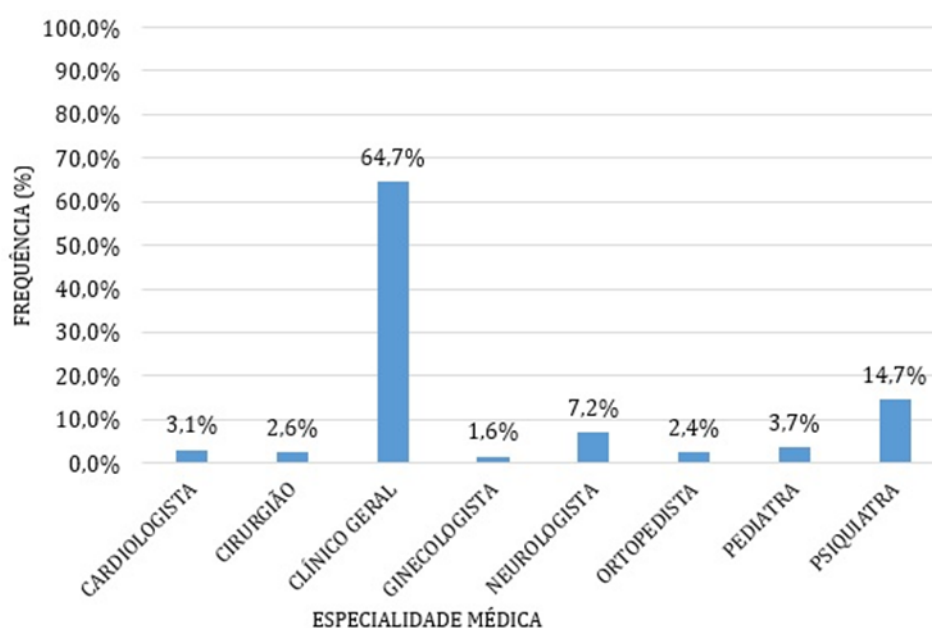
No que se diz respeito a informações do prescritor conforme exigências da Portaria nº 344/1998 – SVS/MS, 100% das prescrições apresentavam essas informações, ou seja, nome do prescritor, endereço, telefone e o número do conselho profissional (Tabela 1). Já a data da emissão constava em 94,1% das prescrições (Tabela 1). É importante evidenciar que as informações do prescritor facilitar o contato do farmacêutico em caso de dúvidas ou ocorrência de problemas relacionados ao uso do medicamento prescrito (GALATO et al., 2008).

A maior parcela (68,6%) das prescrições ou NRs foram escritas à mão e apenas 31,4% foram digitadas. Cardoso et al. (2017) encontraram dados semelhante ao desse estudo, onde cerca de 66,6% das prescrições analisadas estavam na forma manuscrita. Vale salientar ainda que a maioria das prescrições e NRs avaliadas por esse estudo foram provenientes do sistema público de saúde (87,7%), onde ainda existem deficiência no processo de informatização das prescrições. Martins et al. (2014) apontam que quando comparadas às prescrições digitadas, as manuscritas apresentam um risco 6,3 vezes maior de possuir um problema.

De acordo com os critérios elaborados por Silvério; Leite (2010), as prescrições são classificadas em: Legível: aquela lida normalmente, sem problema ou gasto de tempo além do normal para se entender o que está escrito; Parcialmente legível: aquela em que há um gasto maior de tempo para interpretar a prescrição, não existindo a certeza de que todas as palavras, números, símbolos e abreviaturas foram entendidos corretamente; e Ilegível: aquela em que, independentemente do tempo gasto, for impossível de entender o que está escrito, sendo necessário entrar em contato com o profissional prescritor. De acordo com essa classificação 51,2% das prescrições foram classificadas como legíveis, 33,1% como pouco legíveis e 15,8% como ilegíveis.

Ao analisarem NRs em uma drogaria na cidade de Poções – BA, Debastiani; Coqueiro (2017) classificaram 94,0% como legíveis e apenas 6,0% como ilegíveis, resultados que corroboram aos apresentados pelo presente estudo. A falta de legibilidade compromete o resultado do tratamento medicamentoso (BANDEIRA et al., 2015).

Observar-se que 64,7% das prescrições ou NRs foram feitas por médicos clínicos gerais e vale salientar que apenas 14,7% por médicos psiquiatras (Gráfico 1). Tais resultados são semelhantes aos dos estudos de Reis; Matos; Melo (2017), Silva; Linartevichi (2019), Leal; Gois; Nunes (2020) na qual houve a maior predominância de prescrições aviadadas por médicos clínicos gerais (72,9%), (78,7%) e (85,4%), respectivamente. Com aumento da procura pelos serviços básicos de saúde, faz com os médicos clínicos gerais, que possuem a sua formação inicial como generalista, preste cuidados na integralidade ao invés de encaminhar para outras especialidades como necessário (NETO et al., 2014).



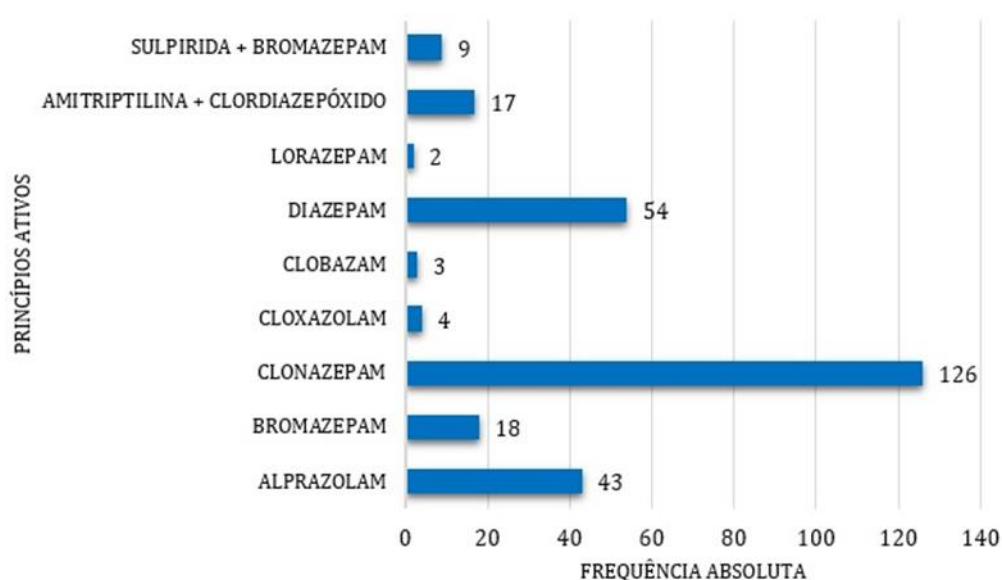
Fonte: Dados da pesquisa.

Gráfico 01 - Distribuição percentual quanto à especialidade do profissional prescritor nas prescrições ou NRs de medicamentos controlados dispensados por uma drogaria no norte de Minas Gerais (n=1388).

Das 1388 prescrições analisadas, 79,1% foram prescritos pelo o nome da substância ativa e 20,9% pelo nome comercial. Corroborando com esses dados, Júnior (2015) observou que a maior dos medicamentos dispensado por uma drogaria em Colíder – MT, cerca de 52,0% foram prescritos com o nome comercial e 48,0% com o nome da substância ativa. O resultado encontrado pode ser justificado, visto que a maior parte das prescrições dispensadas foram emitidas no âmbito do sistema público de saúde (70,7%) e de acordo com a Lei nº. 9787/1999, a qual estabelece que as prescrições emitidas pelo SUS devem estar com o nome da substância ativa (JÚNIOR, 2015; SANTOS et al., 2020). A OMS recomenda que 100% das prescrições devem ser feitas pelo nome das substancias ativas para garantir o acesso do paciente ao medicamento, porém para isso ocorra na totalidade se faz necessário a conscientização dos profissionais prescritores (CARAZOTTI et al., 2019).

A classe dos benzodiazepínicos que é prescrito e acompanhando com a NR do tipo B1, observou-se que essas representavam cerca 19,9% (n=276) dos dados analisados (n=1388). Dentre os benzodiazepínicos, o clonazepam (n=126) foi mais prescrito, seguido por diazepam (n=54) e alprazolam (n=43) (Gráfico 2). Dados da 2ª edição do Boletim de

Farmacoepidemiologia da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) de 2011, mostra que o clonazepam e o alprazolam foram as formulações industrializadas de maior consumo no Brasil por 4 anos seguidos (2007 a 2011) (ANVISA, 2011). Estudos conduzidos por Reis, Matos, Melo (2017), Carazotti et al. (2019) e Lima et al. (2020) também mostram o clonazepam como o benzodiazepínico mais prescrito.

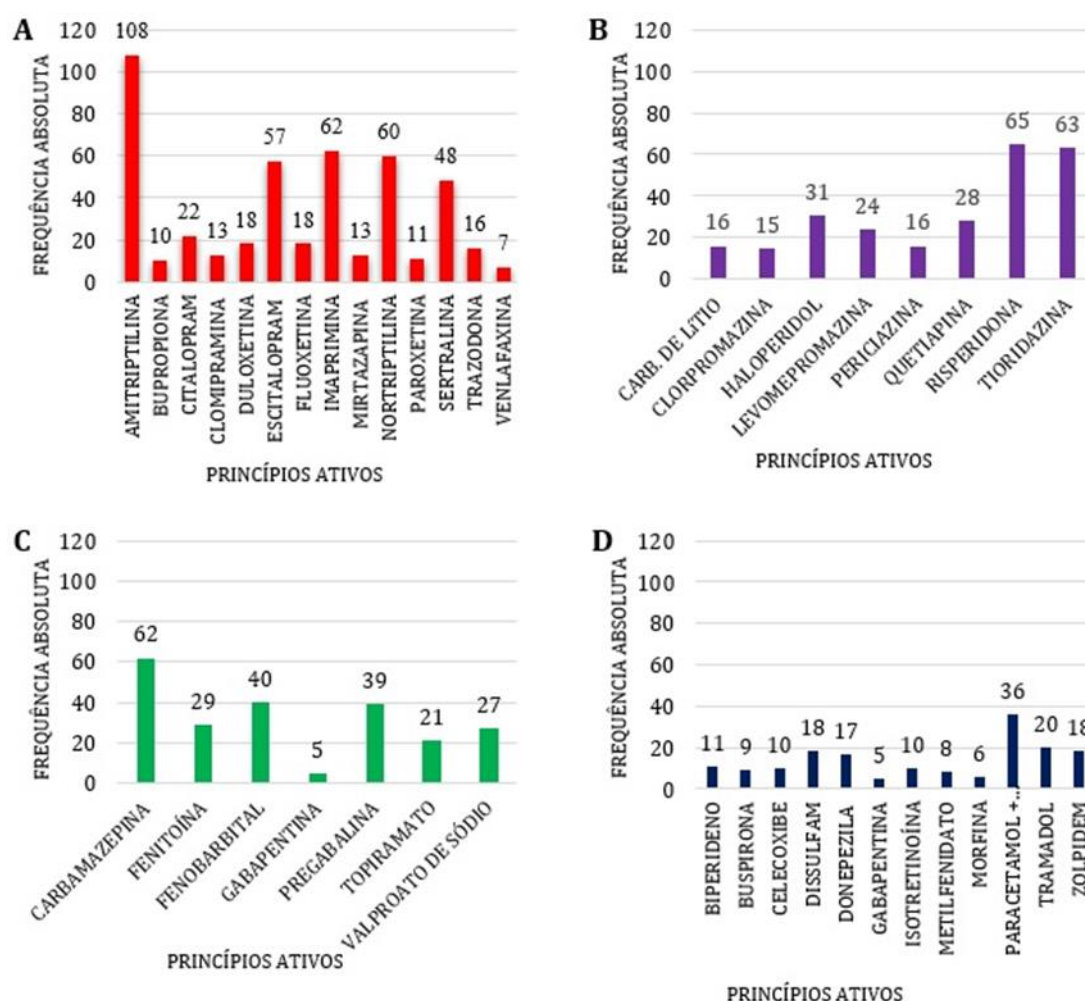


Fonte: Dados da pesquisa.

Gráfico 02 - Distribuição absoluta dos benzodiazepínicos dispensados de acordo com as notificações de receita B1 por uma drogaria no norte de Minas Gerais. (n=276)

O grande uso do clonazepam é devido ao seu efeito imediato contra ansiedade e a depressão, com isso faz com que os médicos não especialistas, prescrevam como primeira escolha, uma vez que o clonazepam é considerado um coadjuvante no tratamento destas (CAZAROTTI et al., 2019; SILVA et al. 2020).

Na categoria dos fármacos antidepressivos (A), a amitriplina apresentou o maior número de prescrição (n=108) que representou 23,3% dos medicamentos prescritos dessa classe (Figura 1-A). Ao analisarem prescrições em drogarias Assini; Back (2017), Carazotti et al. (2019) e Soares et al. (2019) relataram também a amitriplina como o antidepressivo mais prescrito 14,7%, 5,9% e 34,0%, respectivamente.



Fonte: Dados da pesquisa.

Figura 1: Frequência absoluta dos psicotrópicos dispensados por uma drogaria no norte de Minas Gerais, classificados segundo a classe terapêutica em: antidepressivos **(A)**, antipsicóticos **(B)**, antiepiléticos **(C)** e outras classes **(D)**. (n=1112)

O uso superior da amitriptilina pode ser justificado pelo fato desse medicamento ter um baixo custo, boa eficácia e fazer parte da Relação Nacional de Medicamentos Essências (RENAME) e ainda os pacientes fazem o tratamento por vários meses ou anos (GRASSI; CASTRO, 2014; SOUSA; SILVA; LIMA, 2016; MEDONÇÃO; SILVA, 2018).

Dentre os antipsicóticos (B) a risperidona foi o mais prescrito (n=65) seguido da tioridazina (n=63), ambos os fármacos representaram 49,6% do total de prescrições da classe (Figura 1-B). Em estudos semelhantes conduzidos por Carazotti et al. (2019) e Claro et al. (2020) a risperidona esteve também entre os fármacos mais prescrito, porém em percentual menor que a desse estudo (8,4%) e (1,5%) respectivamente.

Os antipsicóticos de segunda geração representaram um grande avanço no tratamento medicamentoso nas últimas décadas, dentre essa classe de medicamentos encontra-se a risperidona. Esse medicamento é indicado para o tratamento de esquizofrenia, transtorno bipolar e para pacientes com Alzheimer em escala de moderado a grave que (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2014).

Entre os medicamentos que atuam como antiepiléticos (C) a carbamazepina foi a mais prescrita (27,8%) dessa classe (Figura 1-C). Carazotti et al. (2019), Claro et al. (2020) e Leal; Gois; Nunes (2020) também constataram uma maior quantidade de prescrição de carbamazepina entre os fármacos antiepiléticos em seus estudos. No tratamento com antiepiléticos deve-se priorizar a monoterapia, com o objetivo de minimizar os seus efeitos adversos, sendo assim o maior número de prescrição de carbamazepina está ligado diretamente ao fato desse fármaco ser o mais utilizado em crises epiléticas (YACUBIAN, 2017; LEAL; GOIS; NUNES, 2020).

Na categoria outras classes (D) constatou-se a presença de prescrições de medicamentos anti-inflamatórios não esteroidais (AINES), hipnóticos, analgésicos opioides e anticolinérgicos (Figura 1-D), o fármaco com associação entre o paracetamol e codeína foi mais prescrito (21,4%). Esse medicamento é um dos principais para tratamento de diversos tipos de dores, particularmente para as moderadas a intensas, especialmente decorrentes de traumas, de pós-operatório, de neuralgias e de lombalgias (KOPF; PATEL, 2010).

Pode-se ainda evidenciar com os dados dos medicamentos (Figura 1), que os fármacos com ação antidepressiva (n=463) apresentaram o maior número de prescrições, seguidos dos antipsicóticos (n=258) e antiepiléticos (n=223). A depressão, ansiedade e estresse estão entre as patologias psíquicas com grande prevalência no mundo, com isso gerando um aumento de prescrições desses psicofármacos (ALDUHISHY, 2018).

É importante destacar que a prescrição medicamentosa em serviços de saúde é muito frequente. Por isso, estudos sobre a prática de prescrição de medicamentos devem ser realizados a fim de melhorar orientar medidas de vigilância e controle das prescrições, visando a utilização racional de medicamentos e a ainda otimização de recursos financeiros, visto que possíveis erros nas prescrições são maleficiais tanto para o paciente quanto para o sistema de saúde. Tais erros ao tratamento farmacológico do paciente, podem ir desde a ineficácia do fármaco e, portanto, seu tratamento não evolui positivamente, passando mais dias afastado de suas atividades e família, até uma intoxicação ou comprometimento de órgãos que poderiam levar ao óbito.

4. CONCLUSÃO

Conclui-se que a maior parte das prescrições analisadas por este estudo foram emitidas no âmbito do SUS por médicos clínicos gerais. Essas prescrições na sua maioria se encontravam com uma boa legibilidade e também sua maioria atendiam as exigências da Portaria nº 344/1998 – SVS/MS. Observou-se ainda a grande quantidade de medicamentos que foram prescritos para o tratamento da ansiedade e depressão.

5. REFERENCIAS

ALDUHISHY, M. The overprescription of antidepressants and its impact on the elderly in Australia. *Trends in Psychiatry and Psychotherapy*, v. 40, n. 3, 241-243, 2018.

ANDRADE, M. C.; ANDRADE, R. C. G.; SANTOS, V. Prescrição de psicotrópicos: avaliação das informações contidas em receitas e notificações. *Revista Brasileira de Ciências Farmacêuticas*, n. 40, n. 4, p. 471-479, 2004.

ANVISA. Ministério da Saúde. Panorama dos dados do Sistema Nacional de Gerenciamento de Produtos Controlados: um sistema para o monitoramento de medicamentos no Brasil. Brasília (DF): Agência Nacional de Vigilância Sanitária; 2011.

ARRUDA, E. L.; MORAIS, H. L. M. N.; PARTATA, A. K. Avaliação das informações contidas em receitas e notificações de receitas atendidas na farmácia do CAPS II em Araguaína - TO. *Revista Científica do ITPAC*, v. 5, n. 2, p. 15-20, 2012.

ASSINI, F. L.; BACK, J. T. Análise das prescrições de psicotrópicos em farmácias privadas na cidade de Monte Carlo, Santa Catarina. *Revista Eletrônica de Farmácia*, v. 14, n. 2, p. 5-14, 2017.

BANDEIRA, V. A. C.; HERMANN, C. T. S.; SIQUEIRA, C. M.; OLIVEIRA, K. R. Análise das prescrições dispensadas em uma unidade básica de saúde do município de Ijuí – RS. *Revista Saúde (Santa Maria)*, v. 41, n. 1, p. 229-238, 2015.

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). Portaria nº 344, de 12 de maio

de 1998. Aprova o Regulamento Técnico sobre substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial. Brasília: Diário Oficial da República Federativa do Brasil, 1998. Disponível em: <http://portal.anvisa.gov.br/wps/wcm/connect/9c7e4880474597069f52df3fbc4c6735/portaria_344.pdf?MOD=AJPERES>. Acesso em: 15 jun. 2020.

CARDOSO, C. R. S.; ALMEIDA, F. E.; VASCONSELOS, L. F.; CAVALCANTE, M. G.; RIBEIRO, J. F.; CARVALHO, A. M. R. Análise dos receituários de antimicrobianos em uma farmácia comunitária da rede privada de Fortaleza. *Revista Expressão Católica Saúde*, v. 2, n. 2, p. 26-33, 2017.

CAZAROTTI, M. L. B.; LIMA, L. C.; MIRANDA, A. R.; SOUSA, E. O.; BISPO, F. C. L. Psicotrópicos: Prescrições Médicas Dispensados em uma Drograria no Município de Santa Inés –MA. *Revista Eletrônica Acervo Científico*. v.2, e.326, 2019.

DEBASTIANI, A. K. S.; COQUEIRO, J. F. R. Análise de Prescrições Médicas de medicamentos regulados pela Portaria federal 344/1998, dispensados em uma drogaria no interior da Bahia. *ID on line Revista Multidisciplinar e de Psicicologia*, v.11, n.39, p.118-127, 2017.

FERRARI, C. K. B.; BRITO, L. F.; OLIVEIRA, C. C.; MORAES, E.V.; TOLEDO, O. R.; DAVID, F. L. Falhas na prescrição e dispensação de medicamentos psicotrópicos: Um problema de Saúde Pública. *Revista de Ciências Farmacêuticas - Básica Aplicada*, v. 8. n. 6, p. 75-81, 2013.

FERREIRA, F. C. S.; LUCENA, T. N.; FREITAS, R. M.; BORGES, K. D. M.; SALDANHA, G. B. Análise do perfil das prescrições de antibióticos em uma farmácia comunitária no município de Quixadá - Ceará. *Revista Expressão Católica*, v. 3, n. 2, 2014.

FREITAS, R. E. J.; COELHO, A. K. A.; FREITAS, C. C. B. M.; FREITAS, A. V. S.; FILGUEIRA, E. S.; MOREIRA, M. F.; ARAÚJO, B. H. A.; SILVA, M. J. R.; ANDRADE, S. R. S.; FREITAS, J. G. A. Avaliação das prescrições médicas: ferramenta para dispensação farmacêutica. *Revista Referências em Saúde da Faculdade Estácio de Sá de Goiás*, v. 3, n.2, p.158-163, 2020

GALATO, D.; ALANO, G. M.; TRAUTHMAN, S. C.; VIERIRA, A. C.; A dispensação de medicamentos: uma reflexão sobre o processo para prevenção, identificação e resolução de problemas relacionados à farmacoterapia. *Revista Brasileira de Ciências Farmacêuticas*, v. 44, n.3, p. 465-475, 2008.

GRASSI, L. T. V; CASTRO, J. E. S. Estudo do consumo de medicamentos psicotrópicos no município de Alto Araguaia – MT. *Revista Saberes da Fapan*, v. 1, n. 4, p. 3516–4332, 2014.

JARDIM, S. Depressão e trabalho: ruptura de laço social. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*. v 36, n. 123, p: 84-92, 2011.

JUNIOR, A. G. Análise das prescrições de antimicrobianos dispensados em uma drogaria da cidade de Colider-MT. *FACIDER Revista Científica*, v. 1, n. 8, p. 1-15, 2015.

KOPF, A.; PATEL, E. N. Guia para o Tratamento da Dor em Contextos de Poucos Recursos, Associação Internacional para o Estudo da Dor (IASP) Seattle, USA, p.394, 2010.

LEAL, A. J. M.; GOIS, J. N. M.; NUNES, L. E. Análise de prescrições de substâncias sujeitas à controle especial e antimicrobianos em uma farmácia comunitária de Campo Grande/RN. *Research, Society and Development*, v. 9, n. 9, e165996836, 2020.

LIMA, M. S. G.; LIMA, E. L. G.; SILVA, G. C. Perfil do consumo de pacientes e erros nas prescrições de benzodiazepínicos atendidas em farmácia privada no Sertão de Pernambuco. *Brazilian Journal of Development*, v.6, n.8, p. 55297-55307, 2020.

MARTINS, N. B.; SOUSA, L. M. G.; TORRES, M. L. D.; FIRMO, W. C. A. Análise de prescrição médica de antibióticos de uma farmácia comercial do município de Imperatriz-MA. *Revista Científica do ITPAC*, v. 7, n. 4, p. 1-9, 2014.

MENDONÇA, A. C. S.; SILVA, D. G. Consumo de amitriptilina em uma farmácia do centro de saúde da família. *Revista Interdisciplinar*, v. 11, n. 4, p. 57-65, 2018.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Sistema Nacional de Gerenciamento de Produtos Controlados. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Portaria 344/98, de 12 de Maio de 1998. Aprova

o Regulamento Técnico sobre Substâncias e Medicamentos Sujeitos a Controle Especial. Brasília, 2007.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Clozapina, Lamotrigina, Olanzapina, Quetiapina e Risperidona para o tratamento do Transtorno Afetivo Bipolar. Relatório de Recomendação da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS – CONITEC – 140. Brasília, 2014.

NETO, J. A. C.; SIRIMARCO, M. T.; CÂNDIDO, T. C.; ULHOA, C. M.; REIS, B. P.; LIMA, V. M. Formação médica generalista: percepção do profissional e do estudante. HU Revista, v. 40, n. 2, p. 13-23, 2014.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Relatório mundial da saúde; Saúde mental: nova concepção, nova esperança. Genebra; 2002. Disponível em:<http://www.who.int/whr/2001/en/whr01_djmessage_po.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2020.

RANG, H. P.; DALE, M. M.; RITTER, J. M.; FLOWER, R. J. Farmacologia. 6. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

SALES, O. P.; VIEIRA, A. F. B.; MARTINS, A. M.; GARCIA, L. G.; FERREIRA, R. K. A. O Sistema Único de Saúde: desafios, avanços e debates em 30 anos de história. Humanidades e Inovação, v.6, n.17, p. 54-65. 2019.

SANTOS, T. A. X.; CRUZ, I. B.; FONSECA, S. A.; JÚNIOR, V. S. M., BORGES, B. K. A.; DUARTE, E. R. Análise das prescrições de antimicrobianos dispensados em uma drogaria no norte de Minas Gerais. Visão Acadêmica, v.21, n.2, p.34-45, 2020.

SILVA, A. P. R.; LINARTEVICH, V. F. Avaliação da origem das prescrições de medicamentos psicotrópicos em um município do oeste do Paraná. FAG Journal of Health, v.1, n.2, p. 150-154, 2019.

SILVA, V. D.; KIM, L. J.; MORELHÃO, P. K.; GALDUROZ, J. C. F.; TUFIK, S.; ANDERSEN, M. L. Use of clonazepam in REM sleep behavior disorder: association with fall-related

injuries and alternative treatments. *Journal of Clinical Sleep Medicine*, v.16, n.4, p. 655-656, 2020.

SILVERIO, M. S.; LEITE, I. C. G. Qualidade das prescrições em município de Minas Gerais: Uma abordagem farmacoepidemiológica. *Revista da Associação Médica Brasileira*, v. 56, n. 6, p. 675-680, 2010.

SOUSA, M. R.; SILVA, D. G.; LIMA, C. H. R. O consumo do medicamento amitriptilina por usuários de um centro de saúde da família em Sobral - CE. *Revista Interdisciplinar*, v. 9, n. 2, p. 153 -159, 2016.

TORRES, M. L. D.; SOUSA, L. M. G.; MELO, G. C.; JUNIOR, A. A. M.; FIRMO, W. C. A. Prescrição de psicotrópicos e especialidade médica; estudo em uma farmácia comercial no município do Maranhão. *Revista Científica do ITPAC*, v.7, n.4, p. 4-12, 2014.

REIS, A. G.; MATOS, M. F. S.; MELO, O.F. Perfil de prescrições de psicotrópicos em Farmácia comunitária. *SANARE*, v.16, n.2, p.37-41, 2017.

RIBEIRO, D. F.; LIMA, C. E. K. N. Possíveis interações farmacológicas entre psicotrópicos e a politerapia realizada por pacientes adultos da cidade de Anápolis, Goiás. (Trabalho de Conclusão de Curso). Anápolis: Universidade Estadual de Goiás. Unidade Universitária de Ciências Exatas e Tecnológicas. 2011.

YACUBIAN, D. E. M. T. Eficácia e Efeitos Adversos dos Fármacos Antiepilépticos, 2017. Disponível em: <<https://epilepsia.org.br/wp-content/uploads/2017/05/Tratamento-de-Epilepsia-Material-02.pdf>>. Acesso em: 31 jan. 2021.

Autor para correspondência:

Thiago Alves Xavier dos Santos

E-mail: thiagoax.17@gmail.com

Instituto Educacional Santa Cruz (IESC), Montes Claros, Minas Gerais.

Recebido: 22/08/2021 Aceite: 17/11/2021